



O Vestibular Unicamp e a Inclusão Social: Experiências e Perspectivas¹

Maurício U. Kleinke²

IFGW e Comvest, Unicamp, 13083-970, Campinas - SP

Introdução	1
O Projeto do Vestibular	3
Algumas Características do Vestibular	4
Formação Escolar e Raça/Cor dos Alunos	7
Resultados Preliminares do PAAIS	9
Auto-Exclusão	13
Perspectivas e Conclusões	16
Referências	17

¹ Texto preparado para a mesa redonda “Vestibular, como é hoje e perspectivas futuras” no I Workshop de Cursinhos Pré-Vestibulares da UNESP, realizada no dia 4 de outubro de 2006, em Araraquara, SP.

² kleinke@comvest.unicamp.br

Introdução

Com as modificações do mercado de trabalho atual, ingressar ou não em um curso superior é um divisor de águas para grande parte da população, tanto nas realizações pessoais quanto nas possibilidades de ascensão social. As universidades públicas brasileiras apresentam em seus quadros professores com ótima qualificação acadêmica, uma grande parcela desses com dedicação exclusiva e com vínculos junto a pós-graduação e a pesquisa. Essas características contribuem para que alguns dos melhores cursos de graduação sejam ministrados em instituições públicas de ensino superior (IPES)³. Em função da concorrência o número de vagas nas IPES torna-se insuficiente e é necessário selecionar os melhores candidatos para ocupar as vagas. Quem realiza essa seleção são os exames vestibulares. O ingresso dos melhores candidatos promove a formação de profissionais mais qualificados, com uma maior valorização no mercado de trabalho, gerando assim um círculo virtuoso. Por esses e outros motivos, os vestibulares criam expectativas, desejos e esperanças na sociedade em geral.

Até o final do século XX, O vestibular era uma das instituições mais republicanas que existia, pois tratava igualmente candidatos de grupos étnicos e/ou classes sociais distintos. Concluir o ensino médio tornava o candidato “*tecnicamente apto*” a prestar o vestibular. Essa característica de igualdade de oportunidades é parcialmente verdadeira, pois o Brasil é um país profundamente desigual na distribuição de rendas e conseqüentemente, também de *oportunidades* para o aprimoramento pessoal. Basta um passeio por um campus universitário para percebermos que, apesar do Brasil apresentar uma população (principalmente) pobre e (parcialmente) mestiça, os estudantes em nossas universidades públicas são (em sua maioria) ricos e brancos. Análises censitárias mostram maior diferenciação de cor/raça e gênero em carreiras de mais alto prestígio e *status* social (tais como Direito, Medicina, Engenharias) do que em cursos de formação geral, como Bacharelados e Licenciaturas em Ciências [IPEA, 2004].

A **Tabela 1** compara cursos de alta e baixa demanda, utilizando os dados obtidos dos questionários socioeconômicos preenchidos por autodeclaração não obrigatória pelos candidatos ao vestibular da Unicamp.

³ Instituições Públicas de Ensino Superior, IPES serão consideradas quaisquer cursos superiores mantidos pelos governos federais, estaduais ou municipais, independente de cobrarem ou não mensalidade.

Curso	Rede Pública *	Recorte étnico **	Renda familiar ***
Medicina	19,1%	10,6%	22,4%
Eng. Elétrica	30,8%	13,6%	34,6%
Lic. Matemática	52,0%	19,5%	51,0%
Lic. Integrada Química/Física	61,3%	19,4%	73,6%

* Cursou o ensino médio integralmente em escola da rede pública; ** Autodeclarou-se preto, pardo ou indígena; *** Renda familiar declarada de até 10 salários mínimos.

Tabela 1. Resumo da renda, raça e escolaridade dos matriculados em cursos diurnos de alta demanda (Medicina e Engenharia Elétrica, em período integral) comparados aos matriculados em cursos de Licenciatura noturnos de baixa/média demanda (Licenciatura em Matemática e Licenciatura Integrada em Química/Física, em período noturno). Média de três anos, 2004-2006 [COMVEST].

O acesso ao ensino superior hoje faz parte das políticas de Estado (por exemplo, em fevereiro de 2007 a Deputada Nice Lobão solicitou o desarquivamento de um projeto de lei que dispõe sobre cotas para as universidades públicas [PL73, 1999]). Porém existem poucas discussões sobre o *novo papel* associado às *ações afirmativas* que está sendo proposto para as universidades. Esses questionamentos implicam em debater, por exemplo: o exame vestibular; a importância do mérito acadêmico nas seleções; a inclusão social e/ou étnica desejada e a possível; e a autonomia universitária [CANTARINO, 2006; TESSLER, 2007]. Compreender a participação e a inserção de cada IPES em seu entorno e de que forma as políticas públicas de Estado possam vir a ser acolhidas na autonomia universitária são receitas para ações afirmativas duradouras e com bons resultados.

O primeiro programa de ação afirmativa baseado em um acréscimo de nota, sem reserva de vagas por cotas étnicas ou sociais, implementado em uma universidade pública brasileira foi o PAAIS⁴. Nosso programa confere pontos adicionais à nota final do vestibular para candidatos egressos da rede pública e que optem por receber esse bônus. Caso esse mesmo candidato se autodeclare preto, pardo ou índio ele pode ainda escolher receber uma segunda pontuação extra em sua nota, relativa ao recorte étnico do programa. Um dos principais objetivos do PAAIS é buscar as excelências escondidas entre os candidatos da escola pública, além de ampliar a diversidade cultural, étnica e de classes sociais entre nossos estudantes.

⁴ O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, PAAIS, começou a ser aplicado no Vestibular Unicamp 2005.

Nesse artigo será apresentado o projeto do Vestibular Unicamp e a sua estrutura atual, alguns comentários sobre o perfil educacional e étnico de nossos alunos e uma análise dos resultados preliminares do PAAIS.

O Projeto do Vestibular

Um equilíbrio entre a graduação e a pós-graduação associado a uma forte vocação para pesquisa aplicada são parte do perfil que define a Unicamp, uma universidade pequena e nova (recém completou 40 anos), e com a maior parte de seus cursos situados em Campinas. Apresentava, em 2005, cerca de 33 mil alunos matriculados, sendo 17.275 alunos de graduação e 15.696 alunos de pós-graduação. Nosso vestibular oferece em torno de 3.000 vagas⁵, com uma demanda de aproximadamente 50 mil candidatos. Essa relação candidato/vaga vem sendo mantida nos últimos anos, com pequenas oscilações.

Em seus anos iniciais, a Unicamp utilizava o Vestibular da Fuvest para seleção de seus candidatos. As bases do nosso atual vestibular começaram a ser elaboradas em 1985, quando o Prof. Rubem Alves, a partir de grupos de discussão com a comunidade acadêmica sobre os exames vestibulares, observou que

“...duas coisas ficaram claras:

- 1. Os exames vestibulares, longe de serem simples exames de entrada, são fatores que tem determinado, em grande medida, as linhas de desenvolvimento da nossa educação, nos 1^o e 2^o graus, cristalizando e institucionalizando uma série de deformações que vão desde o estreitamento do interesse dos jovens e o desperdício da inteligência até a injusta seleção preliminar que elimina as classes menos favorecidas.*
- 2. Considerando-se que é inevitável que haja um processo de seleção daqueles que vão ingressar em nossas universidades, é necessário não nos esquecermos de que há muitas alternativas ainda não exploradas de se fazer isto, e que poderiam ser investigadas e sugeridas pela Unicamp” [ALVES, 1985].*

⁵ O Vestibular Unicamp em 2007 ofertou 2984 vagas, sendo 124 nos cursos da Famerp e as demais nos cursos da Unicamp.

A partir dessa solicitação, o então Reitor José Aristodemo Pinotti nomeou uma comissão especial para estudar e propor

“... alternativas aos Exames Vestibulares, ... considerando que:

- 1. A atual situação do ensino universitário no Brasil torna necessária a existência de mecanismos de seleção que determinam aqueles que a ele terão acesso;*
- 2. Os atuais mecanismos, os chamados exames vestibulares, padecem de graves inconvenientes, que vão desde a discriminação dos menos favorecidos economicamente até uma série de influências indesejáveis sobre os processos de aprendizagem-ensino de 1º e 2º graus” [PINOTTI, 1985]*

Ao citar a discriminação socioeconômica dos grupos sociais menos favorecidos, as diretrizes para o vestibular já contemplavam um dos principais objetivos dos programas de ações afirmativas, que é ampliar a inclusão universitária. A portaria do Reitor Paulo Renato Costa Souza, que instituiu o primeiro vestibular Unicamp (em 1987) apresenta como um de seus objetivos explícitos *“influenciar no redirecionamento do ensino de 1º e 2º graus”*. Outra questão de princípios na formação do Vestibular Unicamp é uma definição do perfil desejado, um aluno capaz de *“... exprimir-se com clareza; ...organizar suas idéias; ... estabelecer relações; ... interpretar dados e fatos; ... elaborar hipóteses; ... dominar os conteúdos das disciplinas do núcleo comum do 2º grau”* [SOUZA, 1986]. Essas são as diretrizes que influenciaram e que influenciam até hoje o formato e a estrutura do Vestibular Unicamp.

Algumas Características do Vestibular

Todas as resoluções associadas ao vestibular são debatidas e decididas por uma Câmara Deliberativa composta por docentes de todos os cursos da Unicamp, além de representantes da Secretaria de Educação e da Reitoria. A Comvest (Comissão Executiva do Vestibular Unicamp) implementa e executa as decisões da Câmara Deliberativa, e seus coordenadores são professores da Unicamp.

Uma das características marcantes de nossas provas são as questões dissertativas e associadas à leitura e interpretação de textos. Isso faz com que os candidatos necessitem menos de conteúdo programático e mais das capacidades de síntese, análise

e interpretação. Nosso vestibular acontece em duas fases, com provas dissertativas em ambas. A primeira fase é uma prova *eliminatória*, temática e aplicada em um único dia. Essa fase constitui-se de uma prova com questões de caráter geral (fáceis e distribuídas entre diversas áreas de conhecimento) e de uma redação. Tanto a redação quanto as perguntas versam sobre o mesmo tema (alguns exemplos de temas de vestibulares anteriores: cidades, agricultura, trabalho). A prova de redação é uma prova de leitura e escrita: uma boa (avaliação da) redação depende de uma leitura atenta da coletânea textos e de seguir as instruções para a elaboração da redação.

A segunda fase é realizada em quatro dias de exames *classificatórios*, com duas provas distintas aplicadas a cada dia. Nós buscamos elaborar um vestibular não discriminatório do ponto de vista de ‘acúmulo enciclopédico’ de conhecimento. Um exemplo disso é o fornecimento da tabela periódica na prova de Química e do enunciado de fórmulas menos convencionais na prova de Física. A prova de Matemática sempre propõe questões simples, envolvendo assuntos do cotidiano, como troco, juros, porcentagens etc. As demais provas (História, Geografia, Português e Literaturas da Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Inglês) apresentam enunciados com textos para interpretação e contextualização da pergunta, colocando-a em um universo mais amplo do conhecimento humano. A prova de Língua Portuguesa avalia a capacidade do candidato utilizar nossa língua como forma de expressão e conhecimento.

A preparação da equipe corretora da redação é um evento com duração anual:

- Maio - Ocorre a Oficina de Redação (com uma duração de quatro dias), na qual os objetivos, a metodologia e os aspectos avaliados na correção são apresentados a um grupo de professores, candidatos a corretores e interessados em avaliação.
- Outubro – Os candidatos a corretores que participaram da Oficina de Redação são treinados corrigindo redações dos anos anteriores, sendo posteriormente selecionados para correção no vestibular.
- Novembro – Inicia-se a correção da redação propriamente dita.

A correção da redação é estruturada em quatro aspectos: *Consistência Temática*, *Coletânea*, *Tipo de Texto* e *Coesão/Modalidade*, avaliados por *dupla correção cega* (duas correções em que um corretor não conhece a nota atribuída pelo outro). Se a diferença de nota entre os corretores for pequena, a nota final é a média entre as duas

notas; caso contrário a redação é corrigida novamente. No caso de não ocorrer convergência da nota ou da anulação nas quatro primeiras correções anteriores, a nota final é definida por uma quinta correção realizada pelo Presidente da Banca Elaboradora.

A *Prova de Questões Gerais* da primeira fase e as *Provas Específicas* da segunda fase apresentam doze questões discursivas (valendo entre zero e cinco pontos) com um total de sessenta pontos por prova. Essas provas também são corrigidas por *dupla correção cega*, e caso a divergência de nota entre os dois corretores seja igual a um ponto a nota final é a nota média entre as duas notas atribuídas. No caso da divergência de pontuação ser maior do que um ponto, a questão é corrigida novamente pelo Presidente da Banca Elaboradora.

Todos os corretores (da redação e das questões) são monitorados por relatórios estatísticos diários, nos quais são avaliadas a produção e as divergências de notas, para controlar e aprimorar a qualidade da correção.

Em qualquer medida experimental existe uma tolerância, uma imprecisão intrínseca ao próprio processo de medida. Observe um grupo de candidatos que realiza vários vestibulares: os candidatos mais preparados (provavelmente) serão aprovados em todos os vestibulares. Porém alguns serão aprovados em um ou em outro vestibular. Essa imprecisão na classificação dos candidatos está associada ao fato de que uma quantidade enorme de informação é avaliada a partir de poucas questões. No caso do vestibular com questões dissertativas, ao mesmo tempo em que o aluno é favorecido por uma avaliação parcial de sua resposta, existe uma possibilidade (remota) de que dois corretores tenham uma interpretação distinta sobre uma resposta. Isso gera uma imprecisão da nota. A partir desse raciocínio, podemos afirmar que uma pequena diferença de pontuação na nota final do vestibular entre dois candidatos não permite afirmar que *um dos dois candidatos é, sem dúvida, melhor preparado que o outro*. Essa imprecisão foi utilizada na formulação da proposta da nota extra para alunos da escola pública [TESSLER, 2007].

Como as provas podem apresentar graus de dificuldade variados, as notas brutas são transformadas para notas padronizadas, para não prejudicar a avaliação dos candidatos

por uma prova mais fácil ou mais difícil. Por uma transformação estatística, a distribuição das notas padronizadas de uma prova passa a apresentar uma média de 500 pontos e um desvio padrão igual a 100 pontos [MANUAL 2007].

Formação Escolar e Raça/Cor dos Alunos

A Unicamp é uma instituição pública, mantida pelo Estado de São Paulo e tem como um de seus principais compromissos a rede pública de ensino. Esse compromisso se expressa em diferentes frentes:

- Na formação de professores licenciados;
- Em cursos especiais para formação de professores em exercício;
- Em programas de educação continuada;
- No vestibular.

Dos quase dois milhões de alunos formados no ensino médio em 2004 no Brasil, 83% são egressos das escolas públicas⁶. O estado de São Paulo forma um quarto desses alunos, sendo 84% na rede pública [INEP, 2004]. Na região sudeste em 2005, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio analisou o número de estudantes matriculados na rede pública ou na rede privada no ensino médio, separados por *quintos* de renda. No quinto relativo aos 20% da população com maior renda *per capita*, situam-se 66,1% dos alunos da rede privada e somente 13,4% dos alunos da rede pública [PNAD, 2005]. Esses dados sugerem que ser *egresso da rede pública* é um bom indicador da condição socioeconômica do candidato; com a vantagem de que a documentação referente ao ensino médio é simples e de fácil conferência.

A **Figura 1** apresenta um gráfico de barras com a porcentagem dos candidatos e dos aprovados no vestibular que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública. Esse gráfico apresenta os resultados para os 20 anos do Vestibular Unicamp. Observam-se dois dados relevantes no gráfico:

⁶ Todas as escolas mantidas pelo poder público são consideradas escolas da rede pública. Não são diferenciadas escolas públicas técnicas (em geral com um exame de seleção para o ingresso) das escolas públicas comuns. Seguindo com o mesmo espírito, as escolas privadas confessionais, filantrópicas ou comuns são todas consideradas escolas privadas.

- A porcentagem de inscritos e de matriculados da rede pública é próxima. Isso significa que a demanda dos alunos da rede pública (de uma forma geral) vem sendo atendida, sendo esse resultado associado ao modelo do nosso vestibular;
- Após o início do PAAIS em 2005, nota-se uma porcentagem dos matriculados maior ou igual à porcentagem de inscritos, como resultado do PAAIS.

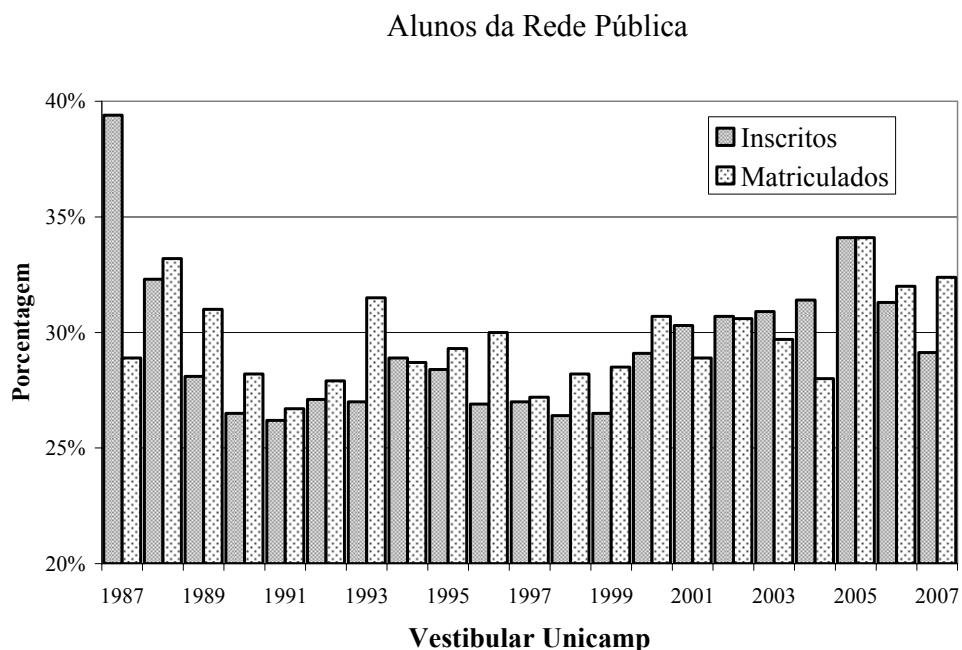


Figura 1. Inscritos e matriculados que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública, entre os anos de 1987 a 2007 (dados do Vestibular 2007 até a 7ª chamada).

Para divulgar o PAAIS entre as escolas públicas a Comvest organiza a visita de alunos que ingressaram pelo programa às escolas, onde apresentam o programa e sua experiência de possibilidade real de ingresso na Unicamp. Esse esforço é uma busca para diminuir a auto-exclusão por parte dos candidatos da rede pública.

A partir do Vestibular Unicamp 2003, o questionário socioeconômico passou a solicitar a autodeclaração de raça/cor, seguindo o formato do questionário do IBGE. A **Tabela 2** apresenta o número de inscritos e matriculados pretos, pardos e índios, o recorte étnico utilizado para a nota extra no PAAIS.

Observa-se um aumento na inscrição de pretos, pardos e índios associada ao início do programa de ação afirmativa. Nota-se ainda que o número total de estudantes do recorte

étnico favorecido pelo PAAIS aumentou de forma significativa, em mais de uma centena de matriculados.

Pretos, pardos e indígenas	2003	2004	2005	2006	2007
Inscritos	5.011	7.061	10.305	8.735	8.743
	10,8	14,0	19,2	17,6	17,4
Matriculados	301	345	469	446	468*
	10,5	11,6	15,7	14,7	15,3
Atendimento à demanda	97,2%	82,9%	81,8%	83,5%	87,9%

* Dados do Vestibular 2007 até a 7ª chamada.

Tabela 2. Participação dos autodeclarados pretos, pardos e indígenas como inscritos no vestibular e matriculados na Unicamp. [COMVEST].

Resultados Preliminares do PAAIS

Uma das bases para propor o PAAIS foi o estudo realizado na Comvest (PEDROSA, 2004; PEDROSA, 2006) que buscou determinar se há outros fatores além do vestibular que devem ser considerados para selecionar esses candidatos com melhor potencial para aproveitar a educação superior. A medida do desempenho na educação superior foi a nota média na Unicamp, medida pelo coeficiente de rendimento, CR (média ponderada das notas pelos créditos). Os candidatos ingressantes foram separados em seis faixas de notas no vestibular, e em cada uma dessas faixas foi analisado se existia algum fator socioeconômico que favorecesse algum grupo de alunos em comparação com outros. Dentre as variáveis analisadas, *ter estudado em escola pública* aparece como uma variável favorável a apresentar melhor aproveitamento (medido pela nota) no interior da Unicamp. O que se observou foi

“...que (a) variável sócio-econômica com maior grau de associação com o desempenho foi a natureza administrativa da escola do Ensino Médio, sendo que em quatro dos seis grupos de notas do Vestibular... os alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas tiveram desempenho superior ao dos alunos oriundos de escolas particulares.”⁷

⁷ Destaque nosso [PEDROSA, 2004].

Resumindo, os alunos egressos da rede pública quando comparados com seus colegas, dentro da mesma faixa de notas do vestibular, apresentam um melhor desempenho (medido pelo CR, uma maior nota média) que seus colegas.

Juntando ambas as informações, um *melhor desempenho* dos candidatos da rede pública e uma *imprecisão* na nota do vestibular (uma *tolerância* de alguns pontos), temos a base para propor a pontuação extra para o PAAIS. O programa oferece um acréscimo de 30 pontos na nota final⁸ para os candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas da rede pública (e optaram pelo programa). Caso o candidato bonificado se autodeclare preto, pardo ou índio, ele recebe um segundo bônus de 10 pontos, o qual se acumula ao primeiro. A nota extra total (30 ou 40 pontos) é somada à nota final.

Os resultados preliminares do PAAIS no que se refere ao aumento dos alunos da rede pública e pretos, pardos ou índios são apresentados na **Tabela 3**. Foram analisados os resultados dos dois anos anteriores ao PAAIS (2003/2004) com os dois primeiros anos em que o PAAIS vigorou (2005/2006). São apresentados os valores absolutos desses dois anos por faixas de renda, para três grupos de matriculados:

- cursaram todo o ensino médio na rede pública;
- autodeclarados pretos, pardos ou índios;
- Ambos os anteriores;

Renda Familiar Mensal	Rede Pública		Pretos, pardos e índios		RP+PPI	
	Anterior 2003/04	PAAIS 2005/06	Anterior 2003/04	PAAIS 2005/06	Anterior 2003/04	PAAIS 2005/06
Até 5 sm	574	648	174	275	122	213
De 5 sm a 10 sm	574	704	186	303	103	193
De 10 sm a 15 sm	242	274	90	116	31	49
De 15 sm a 30 sm	205	215	118	129	18	29
Acima de 30 sm	38	38	58	40	8	4
Em branco	4	42	5	27	1	9
Total	1637	1921	631	890	283	497
Média anual	818,5	960,5	315,5	445	141,5	248,5

Tabela 3. Participação de candidatos da rede pública e pretos, pardos ou indígenas separados por renda familiar [COMVEST].

⁸ A nota final é uma média ponderada das notas padronizada de todas as provas. A nota padronizada para cada prova apresenta uma média de 500 pontos e um desvio padrão de 100 pontos.

É nítido o aumento da participação de candidatos da rede pública, com um aumento de 284 alunos. O recorte étnico apresentou um acréscimo de 259 candidatos matriculados. Quando observamos os alunos da rede pública associados ao perfil étnico, temos uma variação (relativa) ainda mais significativa no número de candidatos matriculados, com aumento de 214 candidatos.

Tivemos os primeiros ingressantes pelo PAAIS no Vestibular Unicamp 2005. Uma das bases do programa indicava que, no caso de candidatos da rede pública e privada estarem “empatados” (na mesma faixa de notas) no vestibular, os candidatos da rede pública apresentariam um maior progresso dentro da Unicamp. A avaliação estatística do progresso relativo em relação ao vestibular é realizada utilizando medidas de ganho de posição. Para calcular o ganho de posição, todos os candidatos são classificados em ordem crescente de nota no vestibular e de nota média na Unicamp. Avaliamos quem “ganhou posições” da “fila do vestibular” para a “fila interna” e se esse ganho de posição tinha significado estatístico. Uma segunda medida mais direta do desempenho acadêmico dos alunos é a nota média nos cursos em cada grupo. Essa medida é absoluta, não implica em nenhum cálculo mais complexo, simplesmente observa-se a nota média dos grupos de alunos.

A **Tabela 4** apresenta os resultados do desempenho acadêmico e da comparação com a sua posição no vestibular para os candidatos bonificados pelo programa em todos os cursos, separados em quatro grupos. Os grupos são separados em função de apresentar ao alunos do PAAIS com maior ou menor média que os demais, e pelo ganho de posição em relação ao vestibular. O primeiro grupo apresentado (**PAAIS com maior nota média na Unicamp e ganho de posição positivo e significativo**) é o grupo com o melhor desempenho por qualquer medida: absoluta (nota média) ou relativa (comparando a evolução com a situação no vestibular).

Corroborando os resultados anteriores, os candidatos do programa apresentaram ganho de posição estatisticamente significativo em 29 dos 64 cursos avaliados. Um segundo ponto importante, não esperado e não previsto pelo programa, foi que a nota média, dentro da Unicamp, dos alunos beneficiados pelo PAAIS foi mais alta que a nota média dos demais candidatos. Esse é um resultado surpreendente, e pode ser considerado como um “bônus” para a Unicamp por seu programa de bonificação: além de promover

inclusão social e étnica, obtivemos um ganho acadêmico. Em 33 dos 64 cursos os estudantes bonificados pelo PAAIS tiveram nota mais elevada que os não bonificados.

Curso	Nota do Vestibular sem bônus		Nota média na Unicamp 3º semestre		
	PAAIS	Demais	PAAIS	Demais	Var
PAAIS com maior nota média na Unicamp e ganho de posição positivo e significativo					
Física (N)	492	524	5,4	4,1	32%
Engenharia de Computação (I)	596	593	6,8	6,1	12%
Tec. da Construção Civil (N)	351	386	5,8	5,3	11%
Educação Artística (I)	486	523	8,8	7,9	11%
Linguística (I)	501	522	8,1	7,5	8%
Engenharia Civil (I)	502	531	6,0	5,5	8%
Tec. em Saneamento Ambiental (N)	404	423	6,7	6,3	6%
Ciências Econômicas (I)	561	577	6,6	6,3	4%
Lic. Integrada Química/Física (N)	475	491	5,3	5,1	4%
Engenharia de Alimentos (I)	544	566	6,7	6,4	4%
Geografia (N)	466	493	6,7	6,5	3%
Medicina (I)	647	670	7,8	7,6	3%
Matemática - Licenciatura (N)	463	485	6,3	6,1	2%
Engenharia Mecânica (I)	546	570	6,6	6,5	2%
Ciências Sociais (N)	506	532	7,5	7,3	2%
Engenharia Química (I)	569	590	6,5	6,4	2%
Pedagogia (V)	438	465	8,7	8,6	2%
Engenharia Elétrica (I)	577	593	6,6	6,6	1%
Enfermagem - Unicamp (I)	486	501	7,3	7,3	1%
Letras - Licenciatura (N)	495	509	8,0	8,0	0%
Ciências Econômicas (N)	548	567	6,5	6,5	0%
PAAIS com maior nota média na Unicamp e ganho de posição não significativo					
Tec. em Saneamento Ambiental (I)	419	423	7,9	6,8	16%
Engenharia Agrícola (I)	486	496	5,8	5,2	12%
Engenharia de Alimentos (N)	541	527	6,1	5,6	9%
Química Modalidade Tecnológica (N)	503	487	5,5	5,1	8%
Estatística (I)	482	492	5,4	5,1	6%
Ciências Sociais (I)	531	544	7,9	7,6	4%
Letras - Licenciatura (I)	525	536	7,9	7,6	4%
Educação Física (I)	493	499	8,1	7,8	3%
Engenharia de Controle e Automação (N)	592	594	6,8	6,6	3%
Ciência da Terra - Geologia/Geografia (I)	487	502	6,6	6,5	2%
Tec. em Informática (N)	424	441	5,2	5,2	0%
Pedagogia (N)	440	462	8,7	8,7	0%
PAAIS com menor nota média na Unicamp e ganho de posição positivo e significativo					
Ciências Biológicas - Licenciatura (N)	521	554	7,2	7,2	-1%
História (I)	535	554	7,6	7,6	-1%
Fís./Mat./Mat. Apl. e Computacional (I)	509	535	5,6	5,7	-2%
Odontologia (I)	465	503	7,0	7,3	-4%
Educação Física (N)	458	501	7,4	7,8	-4%
Química (I)	515	553	6,0	6,3	-5%
Filosofia (I)	462	509	6,2	6,6	-7%

Curso	Nota do Vestibular sem bônus		Nota média na Unicamp 3º semestre		
	PAAIS	Demais	PAAIS	Demais	Var
Engenharia Elétrica (N)	546	577	6,3	7,1	-11%
PAAIS com menor nota média na Unicamp e ganho de posição não significativo					
Artes Cênicas (I)	504	527	8,7	8,7	0%
Comunicação Social - Hab. Midialogia (I)	563	577	8,3	8,3	-1%
Fonoaudiologia (I)	485	485	7,8	7,9	-1%
Farmácia (I)	556	564	7,0	7,1	-1%
Tec. em Telecomunicações (I)	402	414	5,4	5,5	-1%
Arquitetura e Urbanismo (N)	535	535	7,1	7,4	-4%
Dança (I)	459	485	7,9	8,3	-5%
Tec. em Informática (I)	415	445	5,6	5,9	-5%
Ciência da Computação (N)	545	564	5,7	6,1	-6%
Ciências Biológicas (I)	588	616	6,9	7,5	-8%
Engenharia Química (N)	538	562	5,7	6,6	-13%

Tabela 4. Notas médias dos alunos na Unicamp, que ingressaram pelo PAAIS comparadas com as notas dos demais candidatos. A tabela está ordenada decrescente principalmente pela porcentagem da nota média dos bonificados em relação aos demais alunos. Foi comparado o ganho de posição do Vestibular com o 3º semestre dos respectivos cursos [COMVEST]⁹.

Grosso modo, o que esses resultados nos indicam é uma distribuição equilibrada entre as notas dos alunos do programa de ação afirmativa em relação aos demais alunos. Como era esperado, após alguns semestres estudando em condições similares, não se percebe uma diferença significativa no desempenho entre os dois grupos.

Auto-Exclusão

Ao comentar que a dificuldade dos vestibulares depende mais do número e do nível de preparo dos candidatos do que das provas, o ex-diretor executivo da Fuvest, Alceu Pinho observa que

“é possível dizer, apropriadamente, que precedendo o exame de seleção propriamente dito, existe uma “fase zero” que se materializa no momento da decisão de inscrever-se ou autoexcluir-se do vestibular e, no primeiro caso, que carreira escolher.” [PINHO, 2001]

Um dos problemas graves em qualquer programa de ação afirmativa é como impedir a auto-exclusão dos candidatos. Buscando compreender melhor esse problema, vamos analisar os resultados do programa de isenção de pagamento da taxa de pagamento do

⁹ Dois cursos de música não apresentavam alunos suficientes para análise estatística.

vestibular, o qual faz parte do PAAIS¹⁰. Nos últimos três anos (2005 a 2007) o modelo do programa de isenção foi mantido sem alterações e atendeu a três perfis distintos de candidatos formados na rede pública:

- carentes (um número de isenções igual ao dobro do número de vagas);
- que optam por cursos de Licenciatura Noturnos (número ilimitado de isenções);
- que trabalham na Unicamp ou na Funcamp (100 isenções).

Os candidatos ao programa de isenção devem preencher um questionário socioeconômico e enviar documentação comprobatória pelo correio. Após um exaustivo processo de análise, os candidatos aptos ao programa são classificados por renda líquida *per capita* domiciliar, sendo o limite máximo de renda para candidatos carentes igual a um quarto do salário mínimo nominal e necessário sugerido pelo DIEESE, na faixa de R\$ 400,00 *per capita* [DIEESE, 2007]. A **Tabela 5** apresenta os resultados para os últimos três anos.

Isenções	2005	2006	2007*
Solicitadas	11.052	11.903	9.481
Concedidas	7.969	6.845	7.219
Efetivadas	7.178	6.015	5.666
Candidatos			
Convocados	288	278	253
Matriculados	211	190	165
Porcentagens			
Efetivadas/Concedidas	90,1%	87,9%	78,5%
Matriculados/Convocados	73,3%	68,3%	65,2%

* Dados do Vestibular 2007 até a 7ª chamada.

Tabela 5. Resumo dos dados relativos ao programa de isenção de pagamento da taxa de inscrição para o Vestibular Unicamp [COMVEST].

Observa-se que assim como uma parcela das isenções concedidas não são efetivadas, além disso, o número de convocados é significativamente maior que o número de matriculados. Ser aprovado no vestibular não é suficiente para o aluno egresso da rede

¹⁰ O PAAIS é um programa que combina três atividades: a isenção de taxa de pagamento; a pontuação extra no vestibular e apoio aos estudantes carentes, na forma de bolsas, moradia estudantil, etc. .

pública se matricular na Unicamp. Existem outros fatores, socioeconômicos ou pessoais, que impedem essa matrícula.

Sempre resta a possibilidade de que o candidato tenha sido aprovado em outra IEPS. No caso específico do Estado de São Paulo, muito candidatos prestam os vestibulares das três Universidades Públicas Paulistas: Usp, Unesp e Unicamp. Os nossos alunos matriculados respondem se foram aprovados em outros vestibulares. A **Tabela 6** apresenta a soma de todos as instituições (até um máximo de três opções) onde os candidatos matriculados na Unicamp foram aprovados. Observa-se que 35,8% dos nossos alunos passaram na Usp e/ou na Unesp, além de 16,9% em outras IPES. Portanto, temos que os mesmos candidatos são aprovados nos diferentes vestibulares das Universidades Públicas Paulistas. Nota-se que inferir qualquer resultado sobre ausência de matrícula dos candidatos sem conhecer exatamente o percurso que o candidato seguiu, pode conduzir a conclusões errôneas.

Instituição	Aprovados	
Unicamp	8.081	43,3%
Usp	4.625	24,8%
Unesp	2.070	11,1%
Privadas	748	4,0%
Públicas	3.154	16,9%
Total	18.678	100,0%

Tabela 6. Candidatos matriculados na Unicamp e instituições em que foram aprovados no vestibular no mesmo ano. Média de três anos, 2004-2006 [COMVEST].

Perspectivas e Conclusões

O Vestibular Unicamp está atingindo a sua maturidade, com 20 anos de existência, e começa a discutir possíveis modificações em seu formato. Está na pauta da Câmara Deliberativa aproximar o vestibular dos Parâmetros Curriculares Nacionais¹¹.

Enquanto o número de candidatos permitir uma correção adequada das provas dissertativas na primeira fase, o Vestibular Unicamp deverá manter sua estrutura atual com provas dissertativas e redação na primeira fase. Existe uma relação empírica e complexa, entre o número de corretores e o prazo de correção, para se garantir uma correção adequada de uma prova dissertativa.

Dentro do espírito da autonomia universitária, a Unicamp gerou internamente um programa de ação afirmativa, o qual é baseado em uma nota extra para alunos da rede pública e um segundo bônus para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou índios. O PAAIS, além de permitir ampliar a inclusão social e étnica no corpo discente melhorou sua qualificação acadêmica.

Conhecer e compreender todas as experiências de ação afirmativa é fundamental para que, dentro do âmbito de cada universidade e respeitando a autonomia universitária, novas formas de seleção e de inclusão social e étnica possam ser discutidas, elaboradas e implementadas.

¹¹ O objetivo é definir as modificações em 2007, para aplicar nos vestibulares a partir de 2009.

Referências

ALVES, R. Ofício Circular AEAE 35/85, Unicamp, Campinas (1985).

CANTARINO, C. “Polarização no debate das cotas encobre diversidade das ações afirmativas” *Cienc. Cult.* [online]. out./dez. 2006, vol.58, no.4 , acessado em 23 de março 2007, http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0009-6725&lng=pt&nrm=iso

DIEESE <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminfev07.xml> acessado em 15 de março de 2007.

INEP <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp> acessado em 20 de março de 2007.

IPEA, texto para discussão nº 1052, “O Vermelho e o Negro: Raça e Gênero na Universidade Brasileira — Uma Análise da Seletividade das Carreiras a Partir dos Censos Demográficos de 1960 a 2000”; organizado por Kaizô Iwakami Beltrão e Moema De Poli Teixeira, pag. 35-36 (2004).

MANUAL 2007 – Manual do Vestibular Unicamp 2007, <http://www.comvest.unicamp.br/vest2007/manual/manual.html> acessado em 29 de março de 2007.

PEDROSA, R. H. L. Comvest Pesquisa 1. Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/vest2004/desempenho_publica.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2006.

PEDROSA, R. H. L., J. N. W. DACHS, et al. Educational and socioeconomic background of undergraduates and academic performance: consequences for affirmative action programs at a Brazilian research university. *IMHE 2006 General Conference*, Paris, OECD. 2006. Manuscrito disponível em <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigos.html>, acessado em 25 de março de 2007.

PINHO, Alceu G. de. “Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas”. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200019&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 de Março de 2007.

PINOTTI, J.A., Portaria GR-291/85, Unicamp, Campinas (1985).

PL 73/1999 – Projeto de lei sobre cotas para as Universidades Federais http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=254614, acessado em 25 de março de 2007.

PNAD Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/. Acessado em 14 de março de 2007.

SOUZA, P.R.C. Portaria GR-250/86, Unicamp, Campinas (1986).

TESSLER, L.R. *“Ação afirmativa sem cotas: O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp”*; texto a ser publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo sido apresentado no “Simpósio Universidade e Inclusão Social – Experiência e Imaginação”, (2006). Manuscrito disponível em <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigos.html>, acessado em 25 de março 2007.